



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 63/2025

Peabiru, 24 de setembro de 2025.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

A presente proposta tem por objetivo dar nova redação a Seção XI (Da Licença Especial) da Lei nº 172, de 11 de novembro 1994.

Com as alterações propostas almeja-se deixar mais compreensível os requisitos para a concessão da licença especial, em respeito ao servidor municipal e a legalidade do atos administrativos; bem como permitir, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado, a sua conversão em pecúnia nos casos de extinção do vínculo com a Administração, evitando desta forma processos judiciais desnecessários, em atendimento aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Diante disso, esperamos contar com o apoio dos nobres edis para a aprovação da proposição.

Sem outro particular, reitero ao eminente presidente e ilustres vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.


JOSÉ MARCOS LOPES GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

AO EXMO. SR.
IRINEU MANFRIM
MD. PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
PEABIRU-PR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

PROJETO DE LEI Nº 63/2025

Altera dispositivos da Seção XI (Da Licença Especial) da Lei nº 172, de 11 de novembro 1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Municipais de Peabiru.

A Câmara Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, aprovará e eu, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 92 da Lei nº 172, de 11 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92 O servidor efetivo que durante 05 (cinco) anos não se afastar do exercício de suas funções terá direito à licença especial de 03 (três) meses, por quinquênio, com percepção da remuneração do cargo.” (NR)

Art. 2º O art. 93 da Lei nº 172, de 11 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 Não podem gozar de licença especial, simultaneamente, o servidor e o seu substituto legal; se requeridas para períodos coincidentes, ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha mais tempo de serviço público municipal.

Parágrafo único. Na mesma repartição não poderão usufruir de licença especial, simultaneamente, servidores em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação e, quando o número de servidores for inferior a 06 (seis), somente 01 (um) deles poderá entrar em licença especial. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista no *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 3º O art. 94 da Lei nº 172, de 11 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

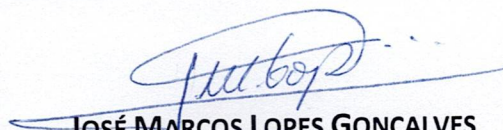
“Art. 94 É permitida, de forma excepcionalmente, por ocasião da inativação do servidor, a conversão da licença especial não usufruída em pecúnia.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

Peabiru, 24 de setembro de 2025.


JOSÉ MARCOS LOPES GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL